

C R E S C E R N A ESCOLA

Tiago Queiroz/Estadão Blue Studio



Júlia Barreto Murta, de 13 anos, encontrou nos professores e nas novas amizades vínculos que a fizeram se sentir parte da escola. [PÁG. 2](#)

O conteúdo aprendido em sala é uma parte do percurso escolar. À medida que os alunos se desenvolvem, a rotina muda e surgem novas responsabilidades. Para as famílias, é importante saber o que observar e até onde deve ir o apoio dos adultos em cada fase

4

PRIMEIRA INFÂNCIA
CONFLITOS ENTRE CRIANÇAS
TAMBÉM FAZEM PARTE DO
DESENVOLVIMENTO

10 E 11

ALFABETIZAÇÃO
LEITURA E ESCRITA AO
FIM DO 2º ANO: OS MARCOS
DESSA ETAPA

12 E 13

6º ANO
MAIS PROFESSORES E
AUTONOMIA MARCAM A
PASSAGEM PARA ANOS FINAIS

14 E 15

INCLUSÃO
PARTICIPAR E APRENDER
SÃO SINAIS DE UMA
ESCOLA PARA TODOS

18 E 19

VESTIBULAR
COMO A FAMÍLIA PODE
REDUZIR A PRESSÃO
DESSE PERÍODO

Uma escola em que o aluno queira estar

Relações de confiança e apoio nas dificuldades influenciam na adaptação e no cotidiano dos estudantes

— Ana Pinto

Os resultados do Pisa 2025, programa internacional da Organização para a Co-operação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que avalia conhecimentos e habilidades de estudantes de 15 anos, divulgados em setembro de 2026, recolocaram em discussão os desafios da aprendizagem no Brasil. Segundo a análise, 72% dos estudantes brasileiros ficaram abaixo do nível mínimo de proficiência em matemática, 52% em ciências e 51% em leitura.

O debate sobre como enfrentar essas dificuldades também abre espaço para olhar o cotidiano de quem aprende. Júlia Barreto Murta, de 13 anos, aluna do 8º ano do Colégio Visconde de Porto Seguro, em São Paulo (SP), encontrou nos professores apoio tanto para estudar quanto para se integrar à turma. “Sempre estiveram dispostos a me ajudar, tirar minhas dúvidas, explicar novamente quando necessário e acompanhar meu progresso.”

No campo das amizades, a estudante relata ter vivido um período de readaptação. No começo deste ano, ela ainda não havia construído os novos vínculos que hoje valoriza e o acompanhamento da orientação educacional a ajudou a encontrar um grupo com o qual se identificasse. “As novas amigas me fortaleceram em um momento em que eu estava passando por uma fase de readaptação.”

CONFIANÇA PARA PEDIR AJUDA

Na avaliação de Meire Nocito, diretora institucional educacional do Porto Seguro, o professor pode perceber mudanças que nem sempre são verbalizadas pelos alunos, mas esse olhar deve se somar ao de orientadores, familiares e outros profissionais.

O apoio varia conforme a necessidade do aluno. Dificuldades de aprendizagem podem levar à monitoria; na socialização, a escola tem a opção de criar oportunidades de interação nos intervalos ou em trabalhos em grupo. Para quem acaba de chegar, o acolhimento começa antes do ingresso, pode incluir um aluno tutor e segue nas pri-

Tiago Queiroz/Estadão Blue Studio



As novas amigas me fortaleceram em um momento em que eu estava passando por uma fase de readaptação,

JÚLIA BARRETO MURTA
Aluna do 8º ano do Colégio Visconde de Porto Seguro

meiras semanas. Após quatro semanas de aula, as famílias respondem a um questionário sobre a adaptação, e os novos estudantes se reúnem com as equipes da escola, que analisam essas informações com os professores.

As formas de acolher também acompanham o crescimento. “Nos primeiros anos, a presença e a mediação do adulto tendem a ser mais próximas. Conforme o aluno avança na trajetória escolar, a relação com os colegas, a autonomia e a possibilidade de assumir responsabilidades ganham mais espaço”, diz Meire.

ENCONTRAR O PRÓPRIO LUGAR

Nem todo desconforto precisa chegar espontaneamente aos adultos. Em algumas turmas, um questionário anônimo de convivência permite identificar situações que talvez não fossem relatadas diretamente, como um apelido incômodo, que pode motivar uma conversa sobre respeito e limites, sem expor quem relatou a situação.

Também importa oferecer diferentes possibilidades de participação, como atividades esportivas, de arte ou de gastronomia. Para Júlia, a escolha ficou por conta das aulas de teatro. “Encontrar um espaço em que posso fazer algo de que gosto, conhecer novas pessoas e me sentir confortável reforçou a sensação de que eu pertença à escola.”

Hora da escolha

Encontrar uma escola em que o aluno se sinta parte também passa por uma escolha bem informada. O Guia de Colégios reúne informações sobre dezenas de milhares de escolas de todo o País, coletadas e organizadas pelo Melhor Escola. A ferramenta permite refinar a busca de acordo com o perfil de escola procurado.

Acesse
pelo QR
Code



ESTADÃO
BLUE STUDIO

Av. Eng. Caetano Álvares, 55, 6º andar, São Paulo – SP
CEP 02598-900. projetospeciais@estadao.com

Diretor Estadão Blue Studio: Luis Fernando Bovo; Gerente de Atendimento e Gestão de Projetos: Marcela Dalla; Gerente de Branded Content: Tatiana Babadobulos; Gerente de Criação: Paula Balsinelli; Gerente de Estratégias de Conteúdo: Regina Fogo; Gerente de Eventos: Daniela Pierini; Gerente de Marketing de Influência: Caio Fochetto; Gerente de Planejamento: Paula Ungar; Coordenador de Arte: Isac Barrios; Coordenador de Branded Content: João Prata; Especialista de Audiovisual: Jaqueline Sonsimm; Especialistas de Branded Content: Marielly Campos e Marjorie Dias; Analista de Redes Sociais: Maria Carolina Gonzalez; Analista de Conteúdo Jr.: Nathalia Borçari; Colaboradores – Reportagem: Alexandre Raith, Ana Beatriz Paiva, Ana Pinto, Carol Firmino, Fábio Vieira, Fernanda Curry, Juliana Gottardi, Natália Chagas, Natasha Novaes, Yuri Marques; Edição: Lara De Novelli; Revisão: Francisco Marçal; Diagramação: Renata Maneschy

CONTEÚDO PATROCINADO

Conflitos são parte do desenvolvimento infantil

Mediação dos adultos precisa orientar as crianças a lidar com frustrações e limites

— Ana Beatriz Paiva

Uma disputa por um brinquedo. Um empurrão durante a brincadeira. Uma mordida. Situações como essas costumam preocupar famílias de crianças pequenas e levantar dúvidas sobre o que é esperado no desenvolvimento infantil e o que merece atenção.

Embora desconfortáveis, os desentendimentos fazem parte do processo de socialização e podem se transformar em oportunidades de aprendizagem quando mediados de forma adequada pelos adultos. “Nessa fase, os pequenos estão aprendendo a esperar a vez, lidar com frustrações e expressar sentimentos. As situações de conflito na educação infantil são comuns e fazem parte do desenvolvimento”, explica Juliana Guerra, coordenadora pedagógica de Educação Infantil do Colégio Pensi, no Rio de Janeiro (RJ).

Na primeira infância, habilidades como comunicação e controle dos impulsos ainda estão em formação. Por isso, um empurrão ou uma mordida podem ser formas de expressar necessidades que a criança não consegue colocar em palavras.

Habilidades como comunicação, negociação e respeito aos limites são construídas à medida que a criança aprende a reconhecer as próprias emoções. Ao serem desenvolvidas, abrem espaço para outras formas de enfrentar os problemas. “Nomear emoções não elimina os conflitos, mas amplia a capacidade de responder a eles de forma menos impulsiva”, explica Ana Lúcia Zerbinatti, especialista em Soluções Educacionais da Arco Educação.

MEDIAÇÃO TRAZ APRENDIZADO
Para Edson Tupinaé, orientador educacional do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro, a mediação dos adultos exige um olhar atento para todas as crianças envolvidas. “Nesse processo, as crianças podem se machucar e é fundamental que os adultos estejam por perto para acolher o sofrimento, tanto de quem ‘apanha’ quanto de quem ‘bate’”.

A mediação permite que as crianças desenvolvam habilidades de convivência. Na educação infantil, o papel dos educadores não é identificar “culpados”, mas compreender o que aconteceu, garantir a segurança das crianças e ajudá-las a construir formas mais saudáveis de convivência.

COMO OS PAIS PODEM AGIR
O primeiro passo é acolher o que foi dito pela criança, mas sem buscar respostas precisas ou fazer julgamentos. “Quando o filho chega em casa contando sobre



Na primeira infância, comunicação e controle dos impulsos ainda estão em formação

Pexels

Conflitos infantis: o que observar

Saiba diferenciar situações comuns nessa fase daquelas que precisam de acompanhamento mais próximo



Podem acontecer nessa fase

- Conflitos ocasionais por brinquedos, espaço ou regras das brincadeiras
- Empurrões, mordidas ou choros ligados a frustrações
- A criança consegue retomar a convivência após a mediação dos adultos
- A criança amplia as formas de se expressar e lidar com a frustração

Merecem atenção

- Situações repetitivas envolvendo sempre a mesma criança
- Agressões intencionais que provocam sofrimento ou isolamento
- A criança evita a escola ou apresenta mudanças de comportamento
- Os conflitos continuam se repetindo mesmo após as intervenções da escola e da família

Nessa fase, os pequenos estão aprendendo a esperar a vez, lidar com frustrações e expressar sentimentos,

JULIANA GUERRA
Coordenadora pedagógica de Educação Infantil do Colégio Pensi

algun desentendimento na escola, é importante que o adulto escute com atenção, oferecendo um espaço seguro para que a criança possa se expressar”, orienta Daniela Prado, coordenadora pedagógica da Educação Infantil do Colégio Anglo Morumbi, em São Paulo (SP). Ela recomenda fazer perguntas abertas, que ajudem a criança a reconstruir o que aconteceu. Se houver necessidade de aprofundar a conversa, a orientação é recorrer à escola, e não buscar diretamente a família da outra criança. Evitar rotular colegas a partir do relato dos filhos também é importante. Como explica Lilian Murad Bruner, diretora de Educação Infantil do Colégio Visconde de Porto Seguro, em São Paulo, o ambiente escolar conta com especialistas em desenvolvimento humano que podem intervir de forma cuidadosa e ética nessas situações.

Um dos pontos importantes de se observar é se os episódios estão se tornando recorrentes e provocando sofrimento. Mesmo nesses contextos, Meire Nocito, diretora institucional educacional do Porto Seguro, recomenda cautela ao falar em bullying na primeira infância. “Nessa fase, a criança não apresenta condições de planejar ações sistemáticas de agressões físicas ou verbais, com o intuito de causar danos aos outros.”

Com professores e famílias trabalhando próximos, circunstâncias a princípio desagradáveis podem acabar servindo como um grande aprendizado. “O conflito ensina que o mundo é um espaço compartilhado. E isso não acontece sem dor”, resume Tupinaé.

A Computação no currículo escolar

- 2017–2018**
BNCC é homologada e a tecnologia entra na formação dos estudantes.
- 2022**
CNE define normas, competências e os três eixos da Computação. MEC homologa o documento.
- 2023**
Entra em vigor a Política Nacional de Educação Digital (PNED).
- 2023–2025**
Redes revisam currículos, materiais didáticos e formação de professores.
- 2026**
Implementação da BNCC. Computação torna-se obrigatória em escolas públicas e privadas.



Pexels

Novas regras para a educação digital

Conteúdos devem ser trabalhados de forma integrada às demais disciplinas do currículo

BNCC Computação tem implementação obrigatória em 2026, com desafios de formação e de infraestrutura

— Alexandre Raith

Durante muito tempo a discussão sobre o uso de computadores nas escolas brasileiras se limitou a uma questão de acesso, ou seja, da disponibilidade desses equipamentos para os alunos. A partir deste ano, o nível de exigência aumentou. Não basta mais só oferecer computadores. As escolas passam a assumir a responsabilidade de preparar os estudantes para compreender como as tecnologias digitais funcionam, avaliar criticamente os impactos que elas provocam e ensinar a utilizá-las de forma ética e criativa, para resolver problemas da comunidade escolar e da sociedade.

A mudança é fruto de uma atualização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que orienta as escolas do País sobre o que os alunos devem aprender. Neste ano entrou em vigor a BNCC Computação, que complementa o documento original e foi homologada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2022.

O principal objetivo desse complemento é garantir que os alunos deixem de ocu-

par a posição de consumidores de recursos digitais para se tornarem protagonistas na criação de soluções e na produção de conhecimento.

DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO

A BNCC Computação prevê que os novos conteúdos se relacionem com as outras disciplinas, o que exige revisar o currículo e preparar os professores. “Sem capacitação, fica difícil esperar que os professores saibam como compatibilizar os seus conhecimentos disciplinares com o conhecimento necessário sobre o uso pedagógico dos recursos e tecnologias digitais”, diz Ivan Siqueira, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que atuou como relator da BNCC Computação no Conselho Nacional de Educação (CNE).

Outro desafio é a infraestrutura, ainda insuficiente em boa parte das instituições de ensino brasileiras. “Entre 10% e 20% das escolas declaram não ter acesso à internet e menos da metade das escolas públicas tem conectividade adequada para uso em sala de aula. O risco não é o fracasso da BNCC Computação, é o seu sucesso desigual”, afirma Paulo Bliks-

tein, professor afiliado no Departamento de Ciência da Computação e diretor do Transformative Learning Technologies Lab, na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos.

NAS ESCOLAS

Em algumas escolas particulares, projetos envolvendo a computação já têm espaço. No Colégio pH, no Rio de Janeiro (RJ), alunos do ensino fundamental desenvolvem projetos em um laboratório maker, com atividades de construção de protótipos, robótica e programação integradas a disciplinas como ciências, matemática e artes. No 9º ano, por exemplo, aplicam princípios de mecânica, eletrônica e programação na construção de um protótipo de mão robótica.

No Pueri Domus, em São Paulo (SP), alunos do ensino fundamental estudam conceitos de pensamento computacional por meio de processos de prototipagem. No 8º ano, em um projeto que envolveu ciências e geografia, construíram uma maquete de uma cidade sustentável em que os postes das ruas recebiam energia de painéis solares.

Os três eixos da BNCC Computação

- 1. Pensamento Computacional**
Resolver problemas por etapas e criar estratégias e algoritmos.
- 2. Mundo Digital**
Entender dispositivos, dados, segurança da informação e princípios da computação.
- 3. Cultura Digital**
Discutir privacidade, desinformação e uso responsável das redes sociais.

Conheça sete linhas pedagógicas encontradas nas escolas brasileiras

1.

TRADICIONAL ORGANIZAÇÃO E TRANSMISSÃO DO CONTEÚDO

Consolidada no século 19, a pedagogia tradicional coloca o professor no centro: ele seleciona e explica conhecimentos; o aluno acompanha, estuda e demonstra o que aprendeu. Livros, exercícios, provas e notas são frequentes. O foco em conteúdos estruturados aproxima a linha dos exames e vestibulares. A sequência clara favorece a aprendizagem, desde que a memorização não substitua compreensão e participação.
2.

CONSTRUTIVISTA APRENDER AO FORMULAR HIPÓTESES

O construtivismo se apoia nos estudos do psicólogo e biólogo suíço Jean Piaget. Sua teoria inspirou práticas em que a criança aprende ao agir, formular hipóteses e reorganizar o pensamento. O professor planeja desafios, observa e intervém; o aluno explora, argumenta e revê ideias. Jogos, materiais manipuláveis e projetos são possibilidades. Essa autonomia exige objetivos claros e acompanhamento constante.
3.

SOCIOINTERACIONISTA CONHECIMENTO CONSTRUÍDO COM O OUTRO

Inspirada nas ideias do psicólogo bielorusso Lev Vygotsky, a perspectiva sociointeracionista entende a aprendizagem como processo social e cultural, mediado pela linguagem. A criança avança nas trocas e com apoio para fazer o que ainda não conseguiria sozinha. O professor organiza a colaboração; o aluno explica, escuta e coopera. Rodas de conversa, grupos e tutoria entre pares são exemplos de atividades.

Cada linha, uma forma de ensinar

Propostas pedagógicas orientam o papel de professores e alunos, a organização do currículo e as formas de avaliação

— Fábio Vieira

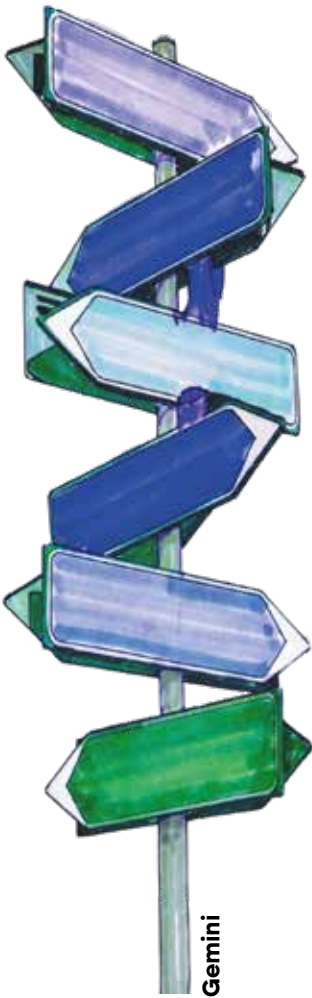
Um mesmo conteúdo pode ser apresentado de diferentes formas. O professor pode expor o assunto, orientar uma investigação em grupo ou observar as crianças ao escolherem o material. Essas cenas revelam diferentes concepções sobre o ato de aprender.

As linhas pedagógicas orientam o papel de professores e alunos, o currículo e as avaliações. Não são selos de qualidade nem receitas fechadas: escolas podem combinar referências e adaptá-las. “A nossa escola mescla o uso de aulas tradicionais e expositivas, que ainda funcionam muito bem dependendo da matéria e do conteúdo transmitido, com metodologias ativas”, exemplifica Helena de Salles Aguiar, diretora de Planejamento Estratégico e Integração do Colégio Bandeirantes, em São Paulo.

Na escola da escola, conhecer a linha pedagógica ajuda a entender como a instituição ensina, avalia os alunos e trabalha a recuperação da aprendizagem. “A primeira coisa que deve ser feita é definir como você gostaria que seu filho fosse educado. Não se esqueça de levar em conta o perfil do aluno”, orienta o pedagogo Júlio Furtado, mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutor em Ciências da Educação.

Em uma visita presencial, Marícia Ferri, diretora-geral do Colégio Farroupilha, em Porto Alegre (RS), recomenda observar evidências concretas, como projetos realizados pelos próprios estudantes.

VAI VISITAR UMA ESCOLA?
Veja o que observar além da estrutura e da apresentação institucional.
Acesse pelo QR Code



4.

MONTessorIANA AUTONOMIA EM AMBIENTE PREPARADO

A médica e pedagoga italiana Maria Montessori abriu, em 1907, a primeira escola a aplicar sua linha de ensino, a Casa dei Bambini, em Roma. A proposta prioriza a autonomia em um ambiente preparado. O professor observa e apresenta materiais, o aluno escolhe atividades, as realiza no próprio ritmo, repete e se corrige. Prateleiras acessíveis, grupos de idades diferentes, materiais concretos e autocorretivos e períodos prolongados de trabalho são marcas conhecidas. A liberdade convive com limites e responsabilidade coletiva.

5.

WALDORF DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E EXPERIÊNCIAS ARTÍSTICAS

A primeira escola Waldorf surgiu em 1919, em Stuttgart, na Alemanha. Inspirada na antroposofia, criada pelo educador austríaco Rudolf Steiner, a pedagogia Waldorf organiza o ensino por etapas do desenvolvimento e integra dimensões intelectual, corporal, artística e prática. Um mesmo professor tende a acompanhar a turma por longos períodos. Os conteúdos podem ser apresentados por meio de histórias, experimentos, atividades práticas, desenhos e trabalhos manuais. Nas “aulas em época”, os alunos se dedicam a um único tema por cerca de três a quatro semanas.

6.

REGGIO EMILIA AS MUITAS LINGUAGENS DA CRIANÇA

Desenvolvida na rede municipal de Reggio Emilia, na Itália do pós-guerra, com participação do pedagogo italiano Loris Malaguzzi, essa linha é mais comum na educação infantil. A criança é sujeito de direitos e se expressa por “cem linguagens”, da fala à modelagem. O professor pesquisa com a turma, escuta, propõe e registra o processo. Ateliês e materiais abertos convidam à investigação. Fotos, registros escritos das falas e produções das crianças formam a documentação pedagógica. O pedagogo Geraldo Peçanha de Almeida resume: “A documentação pedagógica permite um olhar longitudinal na trajetória de uma criança até aquele ponto”.

7.

FREINETIANA COOPERAÇÃO E PRODUÇÃO COM FINALIDADE REAL

Professor em escolas rurais francesas, Célestin Freinet sistematizou sua pedagogia nos anos 1920. Com uma pequena imprensa em sala, os alunos produziam jornais com textos e desenhos próprios. Pela correspondência escolar, trocavam cartas, pesquisas e outras produções com turmas de diferentes instituições, dando à escrita leitores reais. O professor cria condições para investigar e compartilhar e o aluno assume autoria e responsabilidade coletiva. Assembleias, planos de trabalho e aulas-passeio são outras técnicas utilizadas. A turma escreve para ser lida, sem dispensar o ensino sistemático.



O que a criança deve saber ao terminar o 2º ano?

Especialistas explicam o que caracteriza a alfabetização nessa etapa e quais dificuldades merecem atenção

— Natália Chagas

O fim do 2º ano do ensino fundamental marca uma fase importante da vida escolar. Por volta dos 7 anos, a criança conclui os dois primeiros anos dessa etapa, período em que a alfabetização ocupa lugar central e as experiências de linguagem trazidas da educação infantil passam por uma sistematização mais intensa.

Os resultados mais recentes mostram avanço nesse percurso. Em 2025, 66% dos estudantes da rede pública chegaram ao fim do 2º ano alfabetizados segundo o padrão nacional, ante 59% no ano anterior. O percentual superou a meta de 64% estabelecida para o ano, embora cerca de um terço dos alunos ainda não tivessem alcançado esse patamar. Mas, afinal, o que significa atingir esse marco e o que uma criança já deve conseguir ler e escrever nessa fase?

“Alfabetização não é apenas saber juntar letras ou decodificar palavras”, diz Rudney Soares, diretor pedagógico do Colégio Miguel de Cervantes, em São Paulo (SP). Ao fim do 2º ano, explica, espera-se que a criança leia palavras, frases e pequenos textos com autonomia, localize informações explícitas, faça inferências simples e produza textos relacionados a situações reais de comunicação, ainda que apresente erros ortográficos próprios da etapa.

Na produção escrita, a relação entre os sons da fala e sua representação gráfica também deve estar mais consolidada. “Espera-se que a criança compreenda melhor a relação entre os sons da fala e sua representação gráfica, inclusive em estruturas mais complexas, e avance no domínio de convenções ortográficas básicas”, diz Ana Caroline Duarte, diretora do Colégio Bernoulli Go, em Belo Horizonte (MG).

Na prática, essas competências aparecem no contato com diferentes textos. Patrícia Cândido, diretora do Centro de Desenvolvimento do Colégio Pentágono, de São Paulo, cita listas, poemas, verbetes, fichas técnicas e contos entre os gêneros que já podem integrar o repertório do aluno. Na escrita, “a criança também já



No 2º ano, diferentes gêneros de texto passam a fazer parte do repertório do aluno

deve conseguir produzir textos curtos com sentido, mesmo que ainda tenha algum apoio”.

O 2º ano, porém, não é a linha de chegada. “Ao final desse percurso, a expectativa é de que a criança consolide e amplie aquilo que foi construído”, explica Daisy Cava, diretora pedagógica da Cultura Inglesa Bilingual School, de São Paulo. Fluência, compreensão leitora, produção escrita, ortografia e volume de leitura continuam avançando nos anos seguintes, quando ler e escrever passam cada vez mais a ser também ferramentas para aprender conteúdos de outras áreas.

MEU FILHO ESTÁ AVANÇANDO? O acompanhamento da alfabetização não se resume a uma prova.

Professores observam como a criança lê, escreve e compreende textos, analisam suas produções e acompanham a maneira como responde às diferentes propostas e intervenções.

Avaliações diagnósticas ajudam a identificar habilidades já consolidadas e aquelas que ainda precisam de atenção. “O cuidado está em não transformar a avaliação em um fim em si mesma”, diz Ana Caroline. Um resultado numérico, ressalta, não explica sozinho como uma criança aprende nem a natureza de determinada dificuldade.

Considerar diferentes momentos de aprendizagem também não significa diminuir a exigência. “Diferenciar não significa oferecer uma escola mais

de aprendizagem comuns”, afirma Soares.

Já em casa, ler juntos, conversar sobre uma história, seguir uma receita, escrever uma lista ou observar textos presentes no cotidiano são maneiras de aproximar a criança da linguagem.

O QUE MERECE MAIS ATENÇÃO

Mais do que um erro ou uma dificuldade isolada, o que merece atenção é a persistência de determinados obstáculos e a pouca evolução mesmo depois de intervenções pedagógicas direcionadas.

Entre os sinais que pedem observação mais próxima, Patrícia cita dificuldade persistente em relacionar letras e sons, estagnação no desenvolvimento da escrita, diferença importante entre a compreensão oral e o desempenho na leitura e escrita e recusa frequente dessas atividades acompanhada de frustração ou ansiedade.

Antes de qualquer conclusão, é preciso analisar o percurso da criança e sua resposta às estratégias já utilizadas. As intervenções podem trabalhar consciência fonológica, relação entre sons e letras, leitura compartilhada, fluência e compreensão. “Mais do que simplesmente aumentar a quantidade de exercícios, o objetivo é identificar a necessidade específica daquele aluno”, afirma Ana Caroline.

Se a dificuldade persiste mesmo após esse trabalho, escola e família podem ampliar a investigação e, quando necessário, buscar avaliação especializada. Para Soares, o pior caminho é transformar a dificuldade em uma sentença sobre a criança. O resultado deve funcionar como informação para orientar uma intervenção.

A escola deve apresentar à família o que já foi desenvolvido, quais habilidades precisam ser fortalecidas e qual será o plano de acompanhamento. “Há uma diferença importante entre acompanhar e pressionar. A criança precisa perceber que os adultos estão ao lado dela para ajudá-la a avançar, e não para lembrá-la permanentemente de que ela ainda não conseguiu”, destaca Soares.

Espera-se que a criança compreenda melhor a relação entre os sons da fala e sua representação gráfica

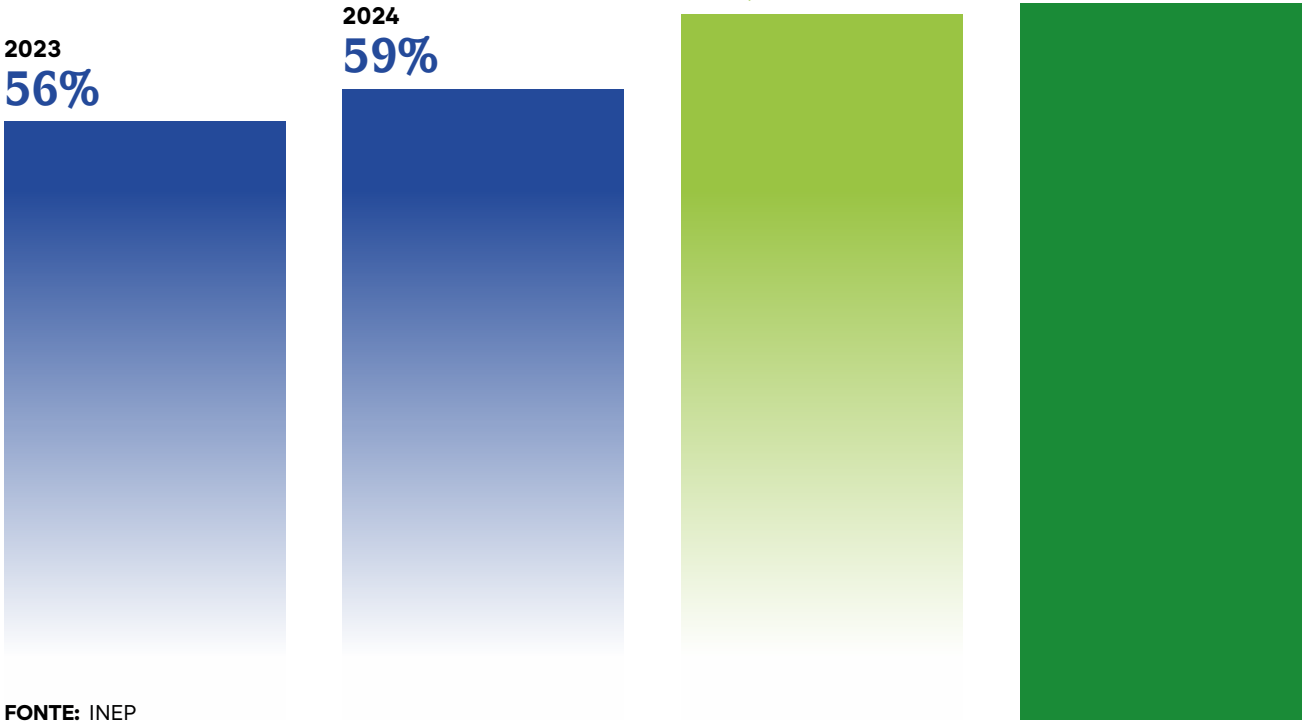
— ANA CAROLINE DUARTE
Diretora do Colégio Bernoulli Go, em Belo Horizonte (MG)

fácil para alguns e mais difícil para outros. Significa criar caminhos diferentes para que todos avancem em direção a objetivos



Alfabetização cresce na rede pública

Porcentual de estudantes alfabetizados ao fim do 2º ano do ensino fundamental



FONTE: INEP

Fim do 2º ano: o que caracteriza a alfabetização nessa etapa

LER

Palavras, frases e pequenos textos com autonomia crescente.

COMPREENDER

Localizar informações explícitas e fazer inferências simples.

ESCREVER

Produzir pequenos textos com sentido e finalidade, ainda que haja erros ortográficos próprios da etapa.

USAR A LINGUAGEM

Ler e escrever para comunicar ideias e participar de situações do cotidiano.

O APRENDIZADO CONTINUA

Fluência, ortografia, repertório e compreensão de textos mais complexos seguem sendo aprofundados.



— Fernanda Cury

Para os alunos que estão terminando o 5º ano, a expectativa pelo 6º ano costuma vir acompanhada de perguntas concretas. Como será ter tantos professores? E as provas? Vai dar para lembrar de todos os trabalhos e materiais? As novidades chegam em uma fase em que a adolescência se aproxima.

A transição dos anos iniciais para os anos finais também aparece nas políticas educacionais. Neste ano, o Conselho Municipal de Educação de São Paulo publicou uma recomendação específica sobre o tema. E o Ministério da Educação aborda as particularidades dessa etapa no programa Escola das Adolescências.

“Esse é um momento que reúne mudanças acadêmicas, relacionais e de organização da rotina escolar”, afirma Patrícia Cândido, diretora do Centro de Desenvolvimento do Colégio Pentágono, de São Paulo (SP).

ANTES DE CHEGAR AO 6º ANO

A preparação pode começar ainda no 5º ano. No Pentágono, os alunos conhecem os espaços que vão frequentar e têm contato com educadores dos anos finais. As equipes dos dois segmentos também compartilham informações sobre o percurso escolar de cada aluno.

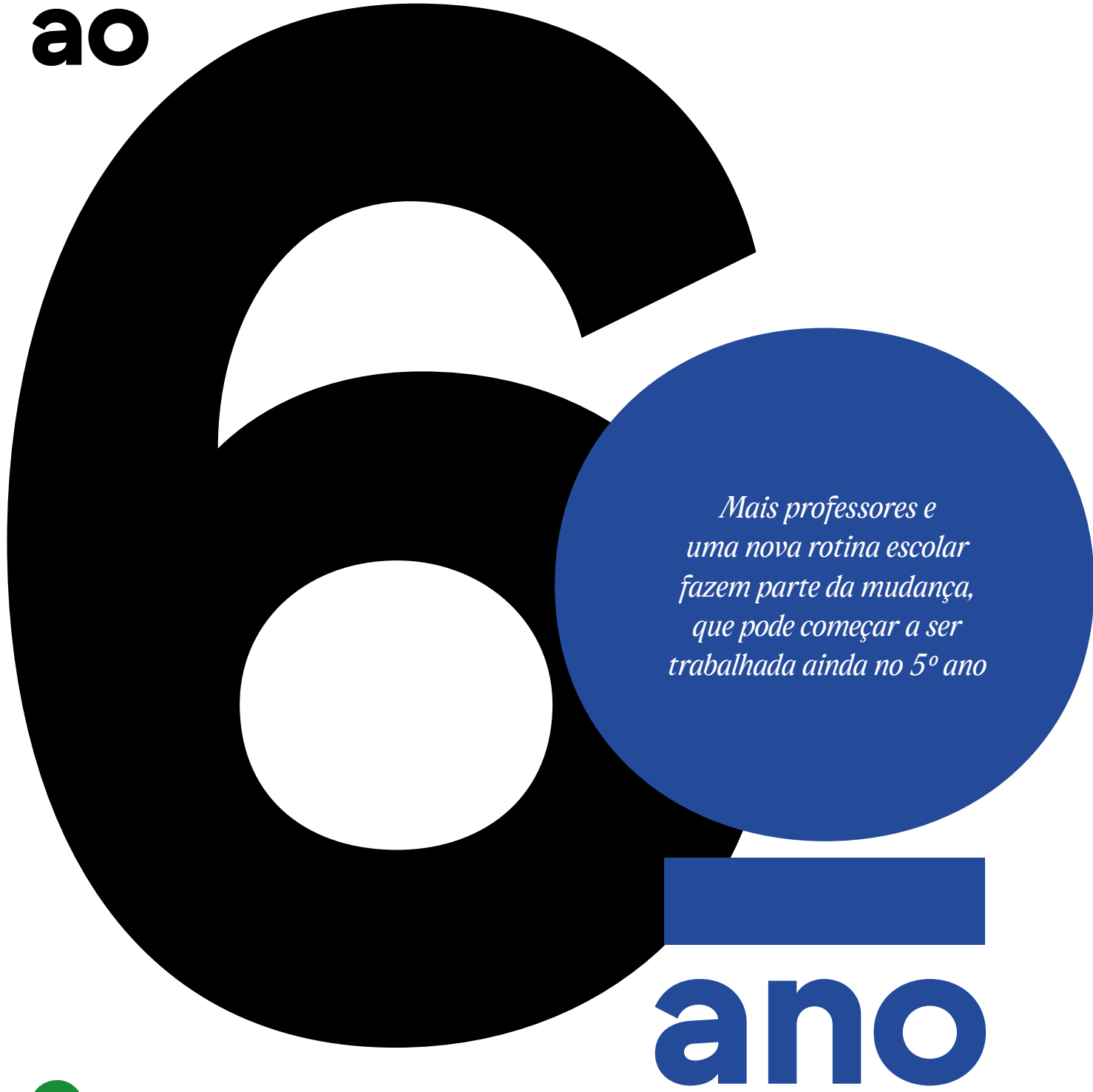
No Colégio Miguel de Cervantes, em São Paulo (SP), a escola pergunta às próprias crianças o que elas imaginam sobre o 6º ano, quais são seus receios e o que gostariam de saber. Alunos, professores, famílias e orientação educacional participam de rodas de conversa.

A mudança também envolve o trabalho dos docentes. “Não basta preparar o estudante. É necessário alinhar expectativas, procedimentos, instrumentos de avaliação e formas de comunicação entre os professores”, afirma Rodney Soares, diretor pedagógico do Cervantes.

No Colégio Bernoulli Go, em Belo Horizonte (MG), estudantes do 6º ano visitam as turmas do 5º ano para contar como foi a experiência e compartilhar dicas. Os mais novos também participam de uma aula com professores que encontrarão no ano seguinte.

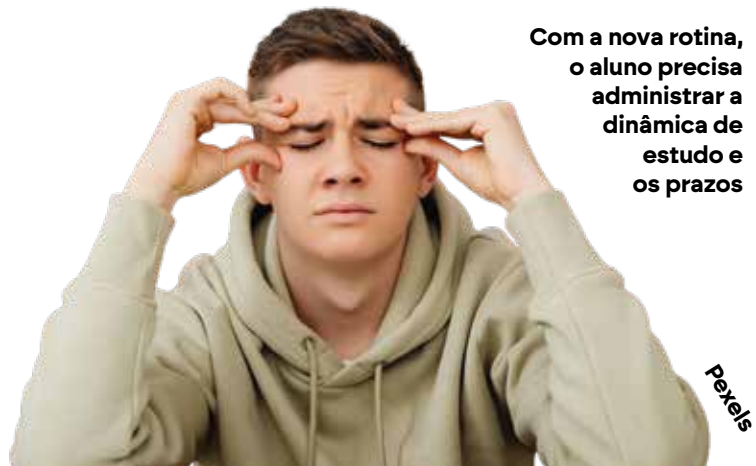
“Uma transição bem planejada começa antes do primeiro dia de aula do 6º ano”, diz Fernanda Queiroga, diretora do Bernoulli. Nas primeiras semanas, algumas práticas do 5º ano são mantidas enquanto os alunos se acostumam à rotina do novo segmento.

Como preparar para a chegada ao



Esse é um momento que reúne mudanças acadêmicas, relacionais e de organização da rotina escolar

— PATRÍCIA CÂNDIDO
Diretora do Centro de Desenvolvimento do
Colégio Pentágono, de São Paulo (SP)



Com a nova rotina, o aluno precisa administrar a dinâmica de estudo e os prazos

Pexels

ano

O que muda no 6º ano?

• **Mais professores:** diferentes docentes passam a dividir o dia a dia da turma.

• **Novas demandas:** crescem as exigências de organização para acompanhar disciplinas e prazos.

• **Mais autonomia:** o aluno assume gradualmente mais responsabilidade pelos estudos e prazos.

• **Nova dinâmica em sala de aula:** a relação com os professores e a organização das aulas mudam conforme as disciplinas.

• **Vida digital:** plataformas e ambientes virtuais ganham espaço na rotina.



A aprendizagem precisa ter continuidade

A passagem para o 6º ano exige atenção ao que foi trabalhado no 5º ano. Professores e coordenações precisam saber quais conteúdos a turma domina, onde ainda há dificuldades e quais temas podem ser aprofundados no ano seguinte.

No Pentágono, assessores de área acompanham os dois segmentos, o que permite identificar os conteúdos já consolidados no 5º ano e aqueles que ainda pre-

cisam ser trabalhados ou aprofundados no 6º ano.

Alguns assuntos podem aparecer novamente para esclarecer dúvidas ou aprofundar conceitos, de acordo com as necessidades da turma.

Para alunos com dificuldades de aprendizagem ou necessidades específicas, é importante conhecer o percurso individual e os recursos que já funcionavam.

Quem chega de outra escola diretamente no 6º ano enfrenta

uma adaptação adicional. Além da nova organização das aulas, precisa conhecer a rotina da instituição e se integrar à turma. Saber o que já domina, onde estão as dificuldades e como estudava antes permite à equipe acompanhá-lo desde o início desse processo.

AUTONOMIA SE APRENDE

Com a nova organização das aulas, o aluno precisa administrar melhor a rotina de estudos e os diferentes prazos. É natural que ainda precise de apoio.

“Autonomia não é deixar o estudante sozinho diante de novas responsabilidades, mas uma capacidade que se desenvolve progressivamente, com mediação dos adultos”, diz Patrícia.

Organizar a rotina de estudos e acompanhar materiais e prazos exige tempo. Esquecer um livro ou perder uma data também faz parte desse processo. Aos poucos, o aluno testa maneiras de se organizar e percebe quais funcionam melhor.

O lugar da família

Em casa, parte dessas responsabilidades começa a ficar por conta do próprio aluno, que ainda está aprendendo a cuidar da agenda. “A família precisa sair do lugar de ‘gerente da vida escolar’ e ocupar o lugar de parceira efetiva”, orienta Soares.

Acompanhar não significa controlar cada tarefa. Perguntar como foi a semana, conversar sobre os estudos e observar se o filho está conseguindo cumprir os prazos são formas de estar por perto sem fazer por ele. Se as dificuldades persistirem, houver resistência à escola ou mudanças importantes de comportamento, é hora de conversar com a equipe pedagógica.

O frio na barriga diante do 6º ano provavelmente vai continuar. Mas chegar a essa fase já familiarizado com parte da nova rotina ajuda o aluno a ganhar segurança e a descobrir novas formas de aprender e se organizar.

Acompanhar sem fazer pelo aluno

• **Ajude na organização:** planeje com o estudante a rotina e os materiais.

• **Olhe além das notas:** observe como ele se relaciona com a escola e como estão os hábitos de estudo.

• **Deixe que ele tente:** esquecimentos e dificuldades fazem parte do processo de ganhar autonomia.

• **Mantenha a conversa aberta:** o aluno precisa saber que pode pedir ajuda.

• **Procure a escola quando necessário:** dificuldades persistentes ou mudanças de comportamento devem ser compartilhadas com a equipe pedagógica.



— Natasha Novaes

Uma criança pode estar matriculada, frequentar a mesma sala dos colegas e ainda assim permanecer à margem da aprendizagem. A inclusão se concretiza quando ela participa das atividades, acessa o currículo e avança com autonomia. Esse é o olhar que famílias podem adotar ao avaliar a prática de uma escola – e que ganhou novo impulso com a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.

A norma organiza apoios para estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação. O estudo de caso orienta o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e o Plano Educacional Individualizado (PEI). O foco deixa de ser apenas o diagnóstico e se volta às barreiras que cada aluno encontra.

“Eu usaria uma pergunta muito simples para avaliar uma escola: esse estudante está apenas presente ou está, de fato, participando e aprendendo?”, diz Rudney Soares, diretor pedagógico do Colégio Miguel de Cervantes, de São Paulo (SP). Na prática, a resposta aparece no planejamento e no que a equipe faz quando uma estratégia não funciona.

PLANEJAR PARA
A DIVERSIDADE

Em uma sala inclusiva, o professor não pressupõe que todos aprenderão da mesma maneira. Conteúdos e avaliações podem ser apresentados de formas diferentes, sem alterar o objetivo curricular. O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), abordagem que orienta o planejamento para diferentes formas de aprender, parte desse princípio.

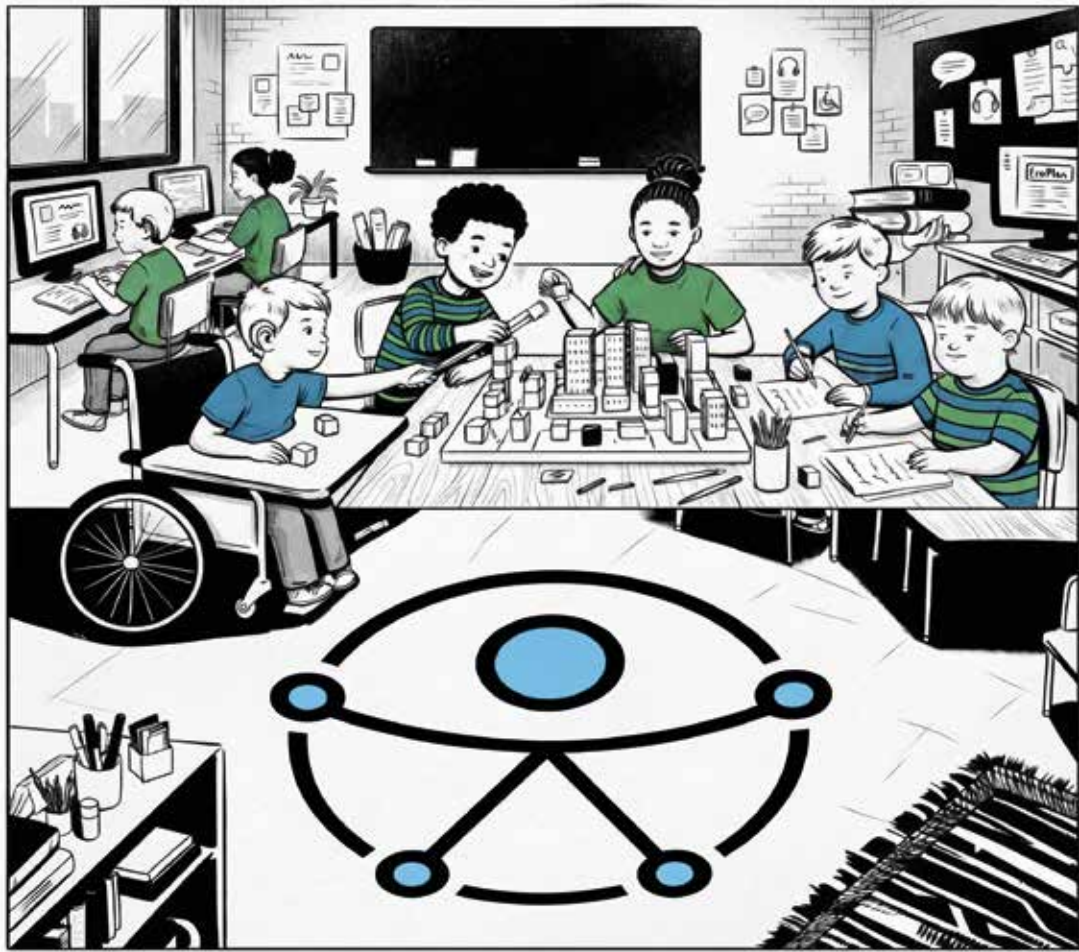
O professor regente continua responsável pelo processo pedagógico, enquanto os demais profissionais atuam de forma complementar. Quando o profissional de apoio passa a mediar toda interação, pode criar uma “bolha” em torno da criança. “O apoio deve favorecer autonomia e participação, não criar dependência”, diz Soares.

DO ESTUDO DE CASO AO
ACOMPANHAMENTO

A definição dos apoios deve nascer da observação do estudante, e não de uma solução automática associada ao laudo. O estudo de caso identifica barreiras e potencialidades e orienta o PAEE e o PEI. Participam professores, equipe pedagógica, família e, sempre que possível, o próprio

Inclusão sai do papel na rotina escolar

Nova política nacional orienta escolas a identificar barreiras e acompanhar a participação e a aprendizagem dos estudantes



Ilustrações: Gemini

aluno; saúde e assistência social podem contribuir sem deslocar o foco pedagógico.

Para Silvia Ferraresi, fundadora do Instituto Inclusão na Escola, o estudo de caso é a peça decisiva para a política sair do papel. Ele pode indicar a necessidade de profissional de apoio, tecnologia assistiva ou adaptações. O AEE complementa a escolarização e não exige uma sala sofisticada, desde que haja trabalho estruturado.

Eu usaria uma pergunta muito simples para avaliar uma escola: esse estudante está apenas presente ou está, de fato, participando e aprendendo?

— **RUDNEY SOARES**
Diretor pedagógico do Colégio Miguel de Cervantes, de São Paulo (SP)

O PEI não deve virar formulário arquivado. Precisa registrar objetivos, estratégias, recursos e critérios de acompanhamento. O avanço também aparece na participação do aluno e na redução gradual da ajuda adulta.

FORMAÇÃO CONTÍNUA
E DIÁLOGO

Nada disso funciona sem professores preparados e tempo para planejar. A formação precisa abordar casos concretos,

barreiras, acessibilidade e avaliação. Em 2026, foi instituído o Observatório da Educação Especial Inclusiva, responsável pela produção de indicadores e pelo monitoramento da política.

Já a família ajuda a equipe a compreender formas de comunicação e estratégias que funcionam, mas não pode receber de volta a responsabilidade pedagógica. É importante que a relação inclua conversas sobre os avanços, e não apenas reuniões diante de problemas.

A melhor evidência está no percurso do estudante. Se ele participa mais, aprende e precisa de menos mediação, os apoios estão funcionando. Se permanece separado ou depende sempre do mesmo adulto, a escola precisa rever a estratégia.

Definição dos apoios na escola

1.

Observação do estudante

A escola identifica barreiras, potencialidades e necessidades que aparecem na rotina.

2.

Estudo de caso

As informações reunidas orientam quais apoios o estudante precisa para participar e aprender.

3.

Planejamento

São definidos o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), o Plano Educacional Individualizado (PEI) e as estratégias a ser adotadas em sala e no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

4.

Acompanhamento

A equipe observa os resultados e revê os apoios e as estratégias sempre que necessário.

Quem faz o quê

- **Professor regente:** responsável pelo ensino e pela avaliação.
- **Professor do AEE:** organiza recursos e acessibilidade.
- **Profissional de apoio:** auxilia na locomoção, higiene, alimentação, comunicação e participação, sem função docente.
- **Coordenação:** articula o trabalho das equipes.
- **Família e estudante:** participam com informações e devolutivas.



Sinais de que uma escola é inclusiva

A acessibilidade física é importante, mas não basta. Na conversa com a escola, peça exemplos de como um planejamento foi adaptado e do que muda quando uma estratégia não funciona. Respostas centradas apenas no laudo, no profissional de apoio ou na “boa vontade” indicam um processo fragmentado.

O primeiro ponto é saber quem assume a responsabilidade pedagógica. O professor da turma deve conhecer o estudante e planejar sua participação; o AEE organiza recursos complementares; o profissional de apoio auxilia em necessidades específicas, sem substituir o professor.

PLANOS QUE SAEM DO PAPEL

Pergunte como a escola realiza o estudo de caso e constrói o PEI.

Um plano útil parte do que o estudante já faz, define objetivos e responsabilidades, orienta aulas e avaliações e é revisto conforme o aluno avança. Modelos genéricos e sem atualização cumprem apenas uma formalidade.

A escola precisa explicar como mede resultados. Além das notas, a participação e o grau de autonomia mostram se os apoios estão funcionando. Registros permitem revisar metas e dar devolutivas objetivas à família.

As respostas não precisam descrever uma estrutura perfeita, mas devem revelar como o trabalho é organizado e quem responde por cada etapa. Família e escola têm funções diferentes e precisam compartilhar informações para evitar orientações desencontradas ao estudante.



7 perguntas para levar à escola

1. Como professores são formados para identificar barreiras e adaptar o ensino?
2. Quem participa do estudo de caso e da elaboração do PEI?
3. Como o professor regente e o professor do AEE articulam o trabalho com o profissional de apoio?
4. Que exemplos de adaptação curricular e avaliativa a escola pode mostrar?
5. Com que frequência os apoios são revistos e o que a escola faz quando uma estratégia não funciona?
6. Como participação, autonomia e convivência são acompanhadas?
7. De que forma a família e o próprio estudante são ouvidos?



— Carol Firmino

Um dos papéis importantes da escola sempre foi o de ensinar os alunos a buscar informação. Agora, diante de ferramentas de inteligência artificial (IA) capazes não só de fazer isso em segundos, mas também de apresentar para os estudantes soluções prontas para resolver vários problemas, essa função ganhou maior complexidade. “A IA muda o que ensinar, como ensinar e, mais do que isso, o que avaliar”, diz Sabrina Gonçalves, especialista em gestão de tecnologias educacionais.

Esse novo cenário levou o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão que assessora o Ministério da Educação (MEC), a apresentar uma série de diretrizes para orientar as escolas de todo o País em relação ao uso da IA. Em vez de recomendar a proibição ou liberação indiscriminada da tecnologia, o documento propõe que sua adoção seja analisada de acordo com o nível de risco associado a cada uso. O resultado foi a criação de uma espécie de “semáforo” que ajuda gestores escolares, professores e pais a identificar as aplicações da tecnologia que apoiam o ensino, as que exigem cautela e as que não devem fazer parte do processo educativo.

Os três níveis de risco partem de um princípio, quanto maior o impacto da IA sobre a aprendizagem e a trajetória do estudante, maior deve ser a supervisão humana. Entender como essa escala funciona na prática ajuda os pais a verificar se a escola onde os filhos estudam está adotando as melhores práticas no uso da tecnologia.

1. SINAL VERDE RISCO BAIXO NO APOIO ÀS ATIVIDADES DO DIA A DIA

No primeiro nível do semáforo, estão aplicações como revisão de textos, organização de cronogramas, estruturação de pesquisas e apoio ao planejamento pedagógico. São usos em que a inteligência artificial ajuda a otimizar tarefas rotineiras, sem substituir a atuação do professor nem a produção intelectual do estudante. No colégio Vera Cruz, em São Paulo (SP), esses recursos já são utilizados. “São aplicações que vemos com bastante potencial. A IA pode ajudar os alunos a revisar textos, organizar cronogramas de estudo, estruturar pesquisas ou reunir informações de forma mais eficiente”, explica o diretor pedagógico Daniel Helene. No Colégio Progresso Bilingue, em Indaiatuba (SP), a IA também apoia o planejamento das aulas e a organização dos estudos. Para Carla Mitsy, coordenadora pedagógica dos anos finais do ensino fundamental, esse tipo de aplicação permite que professores e estudantes dediquem mais tempo às atividades pedagógicas: “Esses recursos ajudam professores a ganhar tempo no planejamento e permitem que os alunos aprimorem seus textos e organizem melhor seus estudos. Assim, sobra mais espaço para experiências de aprendizagem significativas e para o acompanhamento individual”.



2. SINAL AMARELO RISCO MODERADO, QUANDO A IA PARTICIPA DA APRENDIZAGEM

Se no risco baixo a IA apoia atividades operacionais, neste nível ela passa a integrar o próprio processo de ensino e aprendizagem. O parecer do CNE enquadra nessa categoria aplicações como assistentes virtuais, tutorias e ferramentas que ajudam na produção de conteúdo. Por terem impacto direto na formação dos estudantes, esses usos exigem acompanhamento permanente dos professores. No Vera Cruz, essa discussão ganhou espaço em um projeto desenvolvido com estudantes do 9º ano do ensino fundamental. Durante a produção de artigos científicos, os alunos utilizam IA para localizar bibliografia, apoiar a leitura dos materiais, revisar aspectos gramaticais e organizar as conclusões. Mas, ao entregarem o trabalho, eles precisam informar como recorreram à ferramenta. “Essa é a principal fronteira da investigação pedagógica sobre a IA na educação”, diz Helene. Segundo ele, o principal cuidado é garantir que o professor continue sendo o mediador do processo. Essa preocupação também orienta iniciativas do Pueri Domus, em São Paulo (SP). No colégio, a IA é utilizada como ferramenta de apoio em projetos de aprendizagem e inovação, sempre associada ao desenvolvimento de competências, como pensamento crítico, criatividade e resolução de problemas. Um exemplo é a participação de estudantes no Onward Brazil Scholars, programa realizado em parceria com a Universidade Harvard, que utiliza a IA como apoio ao desenvolvimento de projetos de empreendedorismo e inovação. “Nosso objetivo não é formar jovens que apenas saibam utilizar inteligência artificial, mas pessoas capazes de liderá-la com consciência, responsabilidade e propósito”, afirma Deivis Pothin, diretor-geral da escola.



3. SINAL VERMELHO RISCO ALTO NA TOMADA DE DECISÕES SOBRE OS ESTUDANTES

No nível de maior risco, o parecer do CNE reúne usos em que a inteligência artificial pode influenciar diretamente na trajetória dos estudantes, como avaliações definitivas ou decisões pedagógicas. Nesses casos, a orientação é que a tecnologia não substitua o julgamento dos educadores nem assuma responsabilidades que exigem análise humana. No Instituto GayLussac, em Niterói (RJ), a diretora-geral Luiza Sassi defende que a IA pode contribuir para a análise de dados educacionais, mas não para avaliar os estudantes: “Há ainda uma fragilidade teórica na IA. Desse modo, o rigor acadêmico deve permanecer sob responsabilidade dos seres humanos, porque há na avaliação escolar elementos subjetivos relacionados à construção do conhecimento”. Segundo ela, informações produzidas pela tecnologia podem ajudar a analisar o nível de proficiência das turmas, mas devem permanecer no campo da análise de resultados, e não servir para avaliações definitivas do estudante. Na Solar Meninos de Luz, instituição filantrópica de educação básica localizada no Rio de Janeiro (RJ), o entendimento é semelhante. A tecnologia pode apoiar o trabalho pedagógico, mas não substituir o olhar do professor sobre o percurso de aprendizagem. “Cada estudante tem uma história, um contexto e um ritmo de aprendizagem que a IA, sozinha, não consegue compreender”, reforça Hermom Tangarife, diretor de Tecnologia e Infraestrutura da instituição.



‘Semáforo’ orienta o uso da

CNE classifica
aplicações por níveis de
risco na aprendizagem



Ilustrações: Gemini



Cinco perguntas para avaliar como a escola usa IA

1. A IA faz parte do projeto pedagógico?

A escola explica por que usa a tecnologia e em quais atividades ela aparece. Também deixa claro o objetivo desse uso.

2. Como os professores são preparados?

Observar se os docentes recebem formação para orientar os alunos e estabelecer limites para o uso da tecnologia.

3. Quais são as regras para o uso da IA?

A escola informa o que é permitido e como o uso da IA deve ser identificado. Também estabelece critérios para uso ético e proteção de dados.

4. Quem toma as decisões pedagógicas?

Verificar se avaliações e aprovação continuam sob responsabilidade dos professores. A IA não deve decidir sozinha.

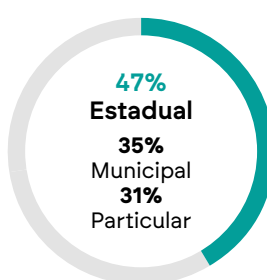
5. Como a IA é usada na aprendizagem?

Observar se a tecnologia contribui para o trabalho dos alunos, e não apenas para automatizar tarefas ou gerar respostas prontas.

Uso de IA nas escolas

No Brasil, 37% das escolas permitem que os alunos usem ferramentas de IA em atividades educacionais

Por rede de ensino



Por etapa de ensino



FONTE: TIC EDUCAÇÃO 2025, CETIC.BR.

Os pais no ano do vestibular

*Diálogo, apoio emocional e ajuda com informações estão entre as estratégias
para tornar esse período menos estressante para a família*

_ Juliana Gottardi

Em 2026, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) registrou mais de 5 milhões de inscritos. O número dá a dimensão do contingente de estudantes que buscam uma vaga em instituições públicas e privadas de ensino superior. A concorrência no Enem e em outros vestibulares assusta e transforma o ano de transição entre o ensino médio e o ensino superior em um período de alta ansiedade.

Essa tensão toda afeta o vestibulando e sua família, mesmo que de formas diferentes. “O vestibular não significa a mesma coisa para todas as famílias. O papel dos pais nesse processo depende das condições, da trajetória e da realidade de cada uma delas”, diz João Eduardo Quadros, mestre em Educação.

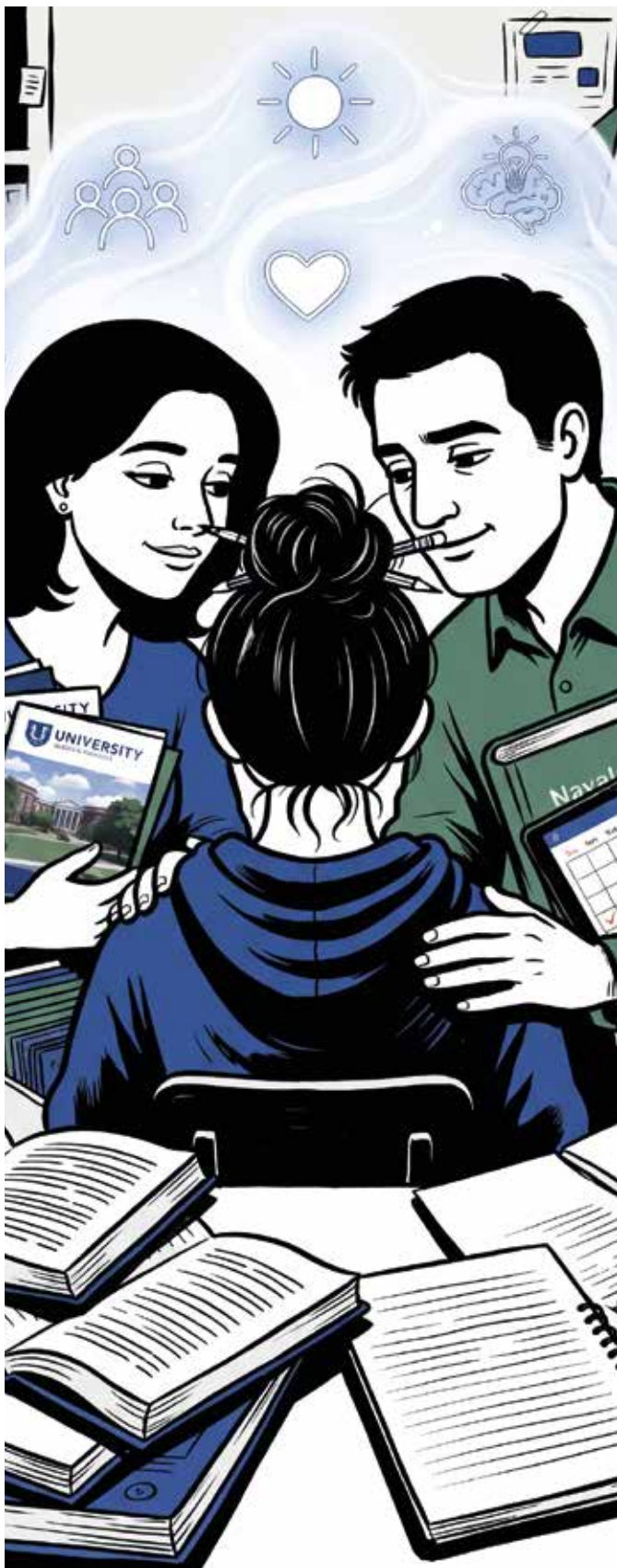
A influência da família sobre a trajetória educacional dos filhos é construída ao longo de toda a vida escolar e está relacionada a diversos fatores, como a escolaridade dos pais, que tem forte impacto no desempenho acadêmico dos filhos. Mas, independentemente das condições socioeconômicas, a participação da família pode criar um ambiente propício à aprendizagem e ao planejamento do futuro, inclusive na escolha do curso e da instituição de ensino.

PRESSÃO INTERNA E EXTERNA

Psicóloga e mãe de duas filhas adolescentes, Michele Archanjo conta que a maior dificuldade tem sido ajudá-las a lidar com a pressão externa e interna: “Vivemos em uma sociedade que muitas vezes associa desempenho acadêmico ao valor pessoal, o que pode gerar muita ansiedade. O desafio é mostrar que dedicação é importante, mas que a saúde mental e o bem-estar precisam ser preservados ao longo do caminho”. Uma das filhas de Michele, Luma de Paula, de 16 anos e estudante do segundo ano do ensino médio em Ribeirão Preto (SP), conta que esse apoio faz com que se sinta acolhida: “Meus pais entraram nessa preparação para vestibular comigo e eu nunca me senti pressionada a seguir algo que eles quieram. Tudo é muito no meu tempo”.

Às vezes, a família projeta expectativas baseadas na própria trajetória,

_ MANOEL RESENDE NETO
Coordenador educacional de ensino médio do Colégio Dante Alighieri, em São Paulo (SP)



Ilustrações: Gemini

Um dos desafios para os pais nessa fase é manter o acompanhamento escolar, sem fazer cobranças exageradas. Marlene Isepi, orientadora pedagógico-educacional do ensino médio na Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), orienta as famílias a construir uma relação de confiança, sem julgamentos, e a escolher os momentos certos, fora de situações de tensão, para iniciar os diálogos. “Se a família só conversa quando há problemas, o adolescente tende a se fechar justamente quando mais precisa de apoio. É preciso construir conversas sobre diferentes assuntos para que, quando surgir uma dificuldade, o diálogo aconteça de forma natural.”

Para Manoel Resende Neto, coordenador educacional de ensino médio do Colégio Dante Alighieri, em São Paulo (SP), não adianta a escola dar orientações contrárias às dos responsáveis, pois isso só traz mais insegurança para os jovens. “A orientação educacional muitas vezes identifica questões que a família ainda não percebeu. Quando essa informação é compartilhada com cuidado, escola e pais conseguem agir juntos em favor do estudante.”

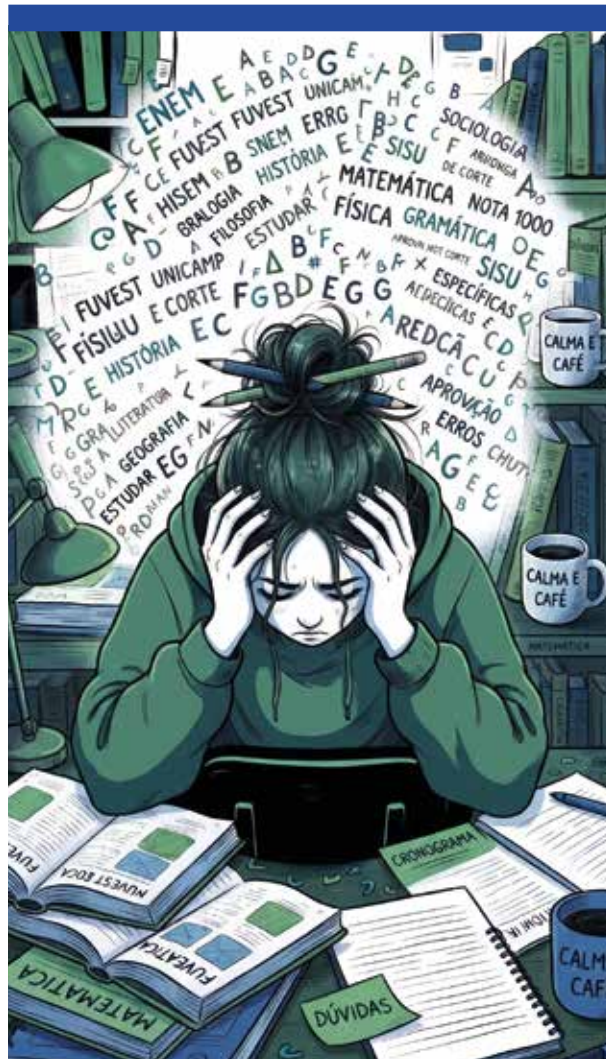
ALÉM DAS PROVAS, AS ESCOLHAS

Além da preparação para as provas, o ano de vestibular também passa pela escolha de uma carreira e das instituições de ensino. Para os pais participarem dessa tomada de decisão, Neto aconselha que as famílias sejam aliadas dos filhos na escolha: “O projeto de vida é do estudante, não dos pais. Às vezes, a família projeta expectativas baseadas na própria trajetória, mas elas nem sempre estão alinhadas ao que o jovem deseja para a vida”.

Neto recomenda que os pais conversem sobre os cursos e as instituições que os filhos têm em mente e participem da busca por informações, inclusive em visitas e conversas com universitários. Outro ponto a ser considerado é o planejamento financeiro, pois “não adianta criar uma expectativa que depois não cabe no orçamento da família”, lembra.

No dia da prova, os pais podem cuidar de questões práticas que o estudante nem sempre percebe, como conferir os documentos e organizar a logística, incluindo trajeto e alimentação. Para Marlene, o estudante precisa chegar à prova preocupado apenas em fazer o exame. O restante pode ser organizado pela família para reduzir a ansiedade.

Como resume Michele, “o vestibular passa, mas a forma como a família vive esse momento pode fortalecer ou fragilizar seus vínculos”.



Decifrando os termos do vestibulando

ENEM

Exame Nacional do Ensino Médio, usado para avaliar o desempenho dos estudantes e como forma de ingresso em instituições públicas e privadas de ensino superior.

SISU

Sistema de Seleção Unificada que reúne vagas em instituições públicas de ensino superior com base na nota do Enem para classificar os estudantes.

PROUNI

Programa Universidade para Todos, que oferece bolsas de estudo em instituições privadas, também com base na nota do Enem, para estudantes que atendem aos critérios socioeconômicos do programa.

FIES

Fundo de Financiamento Estudantil, outro programa do governo federal que financia cursos de graduação em instituições privadas. Não é uma bolsa, mas um financiamento que precisa ser pago pelo estudante depois.

TREINEIRO

Estudante que faz o Enem ou um vestibular apenas para testar conhecimentos, sem concorrer a uma vaga, normalmente quando ainda não está no último ano do ensino médio.

NOTA DE CORTE

Nota mínima necessária para permanecer na disputa por uma vaga em determinado curso ou instituição.

AÇÕES AFIRMATIVAS

Políticas públicas, como o sistema de cotas, que ampliam o acesso ao ensino superior para grupos historicamente sub-representados nesse nível de ensino.

TRI

Teoria de Resposta ao Item, método utilizado na correção do Enem que considera não apenas o número de acertos, mas também a coerência das respostas e a dificuldade das questões.



Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

Dois currículos, dois diplomas

Programas combinam o ensino médio brasileiro com disciplinas de outro país e têm formatos e cargas horárias diferentes

— Yuri Marques

A dupla diplomação permite que o estudante cumpra a grade curricular brasileira, alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e, de forma paralela, curse disciplinas ligadas a outro sistema educacional. Ao final do percurso, o aluno recebe dois diplomas de conclusão do ensino médio: o brasileiro e o estrangeiro.

Na prática, o estudante continua matriculado normalmente em uma escola brasileira, mas também cursa disciplinas complementares ligadas ao currículo de outro país. Uma das principais dúvidas dos pais diz respeito à sobrecarga de estudos. Afinal, como conciliar duas formações simultâneas?

A resposta está na equivalência curricular. As disciplinas tradicionais cursadas no Brasil podem ter suas cargas horárias aproveitadas pela instituição parceira no exterior após uma análise da matriz curricular. Com isso, o estudante não precisa repeti-las em outro idioma. “A matriz curricular americana exige a integralização de 24 créditos. Destes, 18 créditos são convalidados a partir do aproveitamento das discipli-

nas já cursadas no currículo brasileiro, restando 6 créditos específicos a serem cumpridos no programa”, destaca André dos Santos, professor referência de dupla diplomação do Colégio La Salle, de Canoas (RS).

No Colégio Magno, em São Paulo (SP), a parceria é realizada com a University of Missouri. A diretora-geral Cláudia Tricate afirma que os alunos têm cinco aulas de 45 minutos por semana, no contraturno do ensino regular brasileiro. Há também formatos em que as aulas do currículo internacional podem ser feitas a distância.

A dupla diplomação não se restringe ao sistema norte-americano. Em outros países, é importante verificar o reconhecimento da certificação e os critérios de ingresso de cada universidade.

Como usar o diploma para estudar em uma universidade nos EUA

1. Documentação no padrão americano

Ao concluir o programa, o estudante apresenta o diploma de High School e o histórico escolar americano, com disciplinas, créditos e GPA (Grade Point Average), a média acadêmica usada nos Estados Unidos.

2. Avaliação do estudante

O diploma não garante vaga. A admissão pode considerar proficiência em inglês, cartas de recomendação, redação pessoal e atividades extracurriculares.

3. Desenvolvimento de habilidades

O programa desenvolve autonomia, gestão do tempo, pesquisa acadêmica, pensamento crítico e escrita em inglês, competências que podem contribuir para a adaptação ao ensino superior no exterior.

4. Desempenho e bolsas de estudo

Um GPA elevado e um histórico extracurricular consistente podem fortalecer a candidatura a bolsas por mérito acadêmico.